

**O LIVRO DIDÁTICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL BRASILEIRA:
UMA “INOVAÇÃO” DO PNLD 2022**

**EL LIBRO DE TEXTO EN LA EDUCACIÓN INFANTIL BRASILEÑA:
UNA “INNOVACIÓN” DEL PNLD 2022**

**THE TEXTBOOK IN BRAZILIAN CHILDHOOD EDUCATION:
AN “INNOVATION” OF PNLD 2022**



Meire Luzia de Souza PEREIRA¹
e-mail: meireseme@gmail.com



Thaise da SILVA²
e-mail: thaisedasilva77@gmail.com

Como referenciar este artigo:

PEREIRA, M. L. S.; SILVA, T. O livro didático infantil brasileira: uma “inovação” do PNLD 2022. **Rev. Educação e Fronteiras**, Dourados, v. 14, n. esp. 1, e024006, 2024. e-ISSN: 2237-258X. DOI: 10.30612/eduf.v14iesp.1.19682



| **Submetido em:** 24/06/2024
| **Revisões requeridas em:** 15/09/2024
| **Aprovado em:** 30/11/2024
| **Publicado em:** 30/12/2024

Editora: Profa. Dra. Alessandra Cristina Furtado

Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Mestranda em Educação pela UFGD (2022), com especializações em Psicopedagogia Clínica e Institucional (2016) e Metodologia da Educação Infantil e das Séries Iniciais (2001). Graduada em Pedagogia pela Magsul (1999). Tem experiência em Educação, atuando como professora do Ensino Fundamental I (1997-2001), coordenadora pedagógica (2002-2018) e técnica no Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação de Ponta Porã (2018-2022).

² Professora adjunta da UFRGS e docente permanente do Programa de Pós-graduação em Educação da UFGD. Foi coordenadora do Curso de Pedagogia da UFGD (2014-2017) e coordenadora adjunta do Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil (UFGD/MEC, 2015-2016). Graduada em Pedagogia pela UFRGS (2000), com especialização em Alfabetização pela FAPA (2004). Possui mestrado (2008) e doutorado (2012) em Educação pela UFRGS e pós-doutorado pela UEMS (2017).

RESUMO: O tema do livro didático na Educação Infantil é motivo de inúmeras discussões por especialistas na área e no contexto pedagógico brasileiro, sendo 2022 a primeira vez que ocorre o Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD) destinado às crianças desta etapa da Educação Básica. A partir desse contexto, surge o interesse por desenvolver um estudo acerca do livro didático da Educação Infantil, tendo como objetivo analisar quais discursos na área da alfabetização e do letramento estão presentes nestes livros didáticos. A base teórica que pauta este estudo é a dos Estudos Culturais e a abordagem metodológica adotada é a da pesquisa qualitativa do tipo documental. O documento selecionado é o livro *Adoletá: volume II: Manual do Professor*, para crianças de 5 anos. A análise dos resultados demonstrou que, ao se afastar dos princípios éticos, políticos e estéticos estabelecidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil e dos eixos interações e brincadeira, o livro didático desconsidera os direitos já conquistados no âmbito da Educação Infantil. As atividades propostas no material são baseadas na repetição e memorização, apresentam-se descontextualizadas da realidade e do interesse da criança, sendo que as especificidades da infância e seu período de desenvolvimento não são respeitadas. Analisando o material pode-se concluir que ele serve para consolidar o discurso presente na Política Nacional de Alfabetização, disseminando as ideias defendidas pela ciência cognitiva e pela instrução fônica. Neste contexto, os discursos presentes no livro passam a integrar as práticas docentes cotidianas nas pré-escolas, buscando a regulação da conduta desses sujeitos e da forma de desenvolver seu trabalho docente.

PALAVRAS-CHAVE: PNLD da Educação Infantil. Livro didático. Alfabetização.

RESUMEN: *El tema de los libros de texto en Educación Infantil es motivo de innumerables discusiones por parte de expertos en el área y en el contexto pedagógico brasileño, siendo 2022 la primera vez que el Programa Nacional de Libros y Material Didático (PNLD) para niños de esta etapa de Básica La educación se lleva a cabo. De este contexto surge el interés de desarrollar un estudio sobre los libros de texto de Educación Infantil, con el objetivo principal de analizar qué discursos en el área de la alfabetización y la lectoescritura están presentes en estos libros de texto. La base teórica que sustenta este estudio son los Estudios Culturales y el enfoque metodológico adoptado es la investigación documental cualitativa. El documento seleccionado es el libro *Adoletá: tomo II: Manual del maestro*, para niños de 5 años. El análisis de los resultados demostró que, al alejarse de los principios éticos, políticos y estéticos establecidos en los Lineamientos Curriculares Nacionales para la Educación Infantil y los ejes de interacción y juego, el libro de texto desconoce los derechos ya alcanzados en el ámbito de la Educación Infantil. Las actividades propuestas en el material se basan en la repetición y la memorización, están descontextualizadas de la realidad y los intereses del niño y no se respetan las especificidades de la infancia y su período de desarrollo. Analizando el material, se puede concluir que sirve para consolidar el discurso presente en la Política Nacional de Alfabetización, difundiendo las ideas defendidas por las ciencias cognitivas y la instrucción fónica. En este contexto, los discursos presentes en el libro pasan a formar parte de las prácticas docentes cotidianas en los niveles preescolares, buscando regular la conducta de estos sujetos y la forma en que desarrollan su labor docente.*

PALABRAS CLAVE: PNLD para la Educación Infantil. Libro de texto. Literatura.

ABSTRACT: *The topic of textbooks in Early Childhood Education is the reason for countless discussions by experts in the field and in the Brazilian pedagogical context, with 2022 being*

the first time that the National Book and Teaching Material Program (PNLD) for children at this stage of Basic Education takes place. From this context, the interest in developing a study about Early Childhood Education textbooks arises, with the main objective of analyzing which discourses in the area of literacy and literacy are present in these textbooks. The theoretical basis behind this study is Cultural Studies and the methodological approach adopted is qualitative documentary research. The selected document is the book Adoletá: volume II: Teacher's Manual, for 5-year-old children. The analysis of the results demonstrated that, by moving away from the ethical, political and aesthetic principles established in the National Curricular Guidelines for Early Childhood Education and the interaction and play axes, the textbook disregards the rights already achieved within the scope of Early Childhood Education. The activities proposed in the material are based on repetition and memorization, are decontextualized from the child's reality and interests, and the specificities of childhood and its period of development are not respected. Analyzing the material, it can be concluded that it serves to consolidate the discourse present in the National Literacy Policy, disseminating the ideas defended by cognitive science and phonic instruction. In this context, the speeches present in the book become part of everyday teaching practices in preschools, seeking to regulate the conduct of these subjects and the way they develop their teaching work.

KEYWORDS: PNLD for Early Childhood Education. Textbook. Literacy.

Introdução

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 anos e 11 meses, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (Brasil, 1996). Essa etapa educacional é marcada por conquistas e avanços na garantia de uma educação pública de qualidade, sendo continuamente alvo de ações governamentais. Entre as “inovações” propostas no último ano está a adoção do livro didático para as crianças da Educação Infantil.

Os termos “livro didático” e “Educação Infantil” não eram pensados ou concebidos em uma mesma frase há bem pouco tempo. A utilização de livros didáticos para essa faixa etária até hoje é algo questionado por muitos pesquisadores da área, como Baptista (2010), Abe (2021) e Almeida (2019), dentre outros; embora os livros estivessem presentes em instituições privadas, pouco se discutia sobre a ideia de sua inclusão nas creches e nas pré-escolas da rede pública de ensino.

O cenário passa por alteração quando, em 2017, o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) lança a proposta de incluir entre os materiais distribuídos para as instituições de ensino um livro para o professor da Educação Infantil, denominado Livro do Professor da Educação Infantil. A partir desse momento, pesquisadores como Oliveira (2021)

passaram a inferir que o próximo passo seria um livro para as crianças dessa etapa, fato que se concretiza quando o Ministério da Educação (MEC) lança o PNLD 2022, o qual seleciona e distribui pela primeira vez livros destinados às crianças dessa etapa da Educação Básica.

Diante desse novo contexto, sentimos a necessidade de lançar um olhar reflexivo para o livro didático da Educação Infantil destinado às crianças de 5 anos. Os livros do PNLD foram produzidos em escala nacional, sendo disponibilizados para escolha dos professores da rede pública de ensino das escolas brasileiras. Este estudo analisa um dentre os quinze disponibilizados para a seleção.

Nesse contexto, esta investigação tem como objetivo geral analisar quais discursos na área da alfabetização e do letramento estão presentes nos livros didáticos da Educação Infantil. Os Estudos Culturais em Educação são o campo teórico que respalda este trabalho. A metodologia utilizada é a da pesquisa qualitativa, tendo como procedimento de análise a pesquisa documental.

Os Estudos Culturais trazem em seu fundamento a instabilidade, a desnaturalização, o questionamento. Eles não configuram uma disciplina, mas uma área onde diferentes disciplinas interagem, visando ao estudo de aspectos culturais da sociedade (Hall, 2003). Dessa forma, ao rejeitar as fronteiras entre os campos disciplinares, os Estudos Culturais tornam-se um espaço aberto à discussão de temáticas variadas, possibilitam diversificadas abordagens, fundamentam-se em diferentes áreas que podem estabelecer um diálogo, dando conta dos seus interesses teóricos e políticos.

Dentro desse campo, o conceito de discurso ganha destaque, referindo-se tanto à produção de conhecimento por meio da linguagem e da representação quanto ao modo como o conhecimento é institucionalizado, modelando práticas sociais e colocando novas em funcionamento. Segundo Foucault (1996, p. 9),

O discurso não descreve somente os objetos, ele fabrica os objetos dos quais fala, uma vez que em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função denominar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, distanciar sua pesada e temível materialidade.

Nessa perspectiva, nossa investigação visa verificar quais os discursos sobre alfabetização estão presentes no livro analisado, uma vez que é através do discurso que algo se torna verdade e eficiente, na produção, na regulação e no consumo dos livros didáticos

destinados às crianças da Educação Infantil a partir do PNL D 2022, influenciando na prática docente dos professores desta etapa educacional.

As questões culturais têm estado cada vez mais no centro dos debates acerca das políticas públicas e no cerne disso está a relação entre cultura e poder. Quanto mais “central” se torna a cultura, tanto mais significativas são as forças que a governam, organizam, moldam e regulam as práticas sociais, influenciando a nossa conduta, tendo efeitos reais e práticos (Hall, 1997).

Do ponto de vista da dimensão educacional, consideramos que a escola produz uma forma de viver na sociedade em que está inserida, por meio da subjetivação de seus sujeitos. O saber e o poder implicam-se mutuamente, pois não há relação de poder sem a fabricação de saberes, bem como todo saber produz novas relações de poder. Isso nos mostra como a identidade do sujeito vai se constituindo de modo particular, e a escola é um dos espaços produtores de identidades mediante inúmeros mecanismos (Veiga-Neto, 2004).

Com relação ao livro didático, Ferreira (2006, p. 65) argumenta:

A escola [e os livros didáticos que nela circulam] produz e reproduz conteúdo e identidades culturais. Reproduz porque faz parte da sociedade, participa das representações que nela circulam. A escola também é produtora de cultura, por ser um microcosmo com capacidade de elaboração de práticas particulares, conforme as circunstâncias e os indivíduos que nela convivem.

Nesse sentido, é de suma importância a análise do livro didático da Educação Infantil como um artefato centralizador de poder, conhecimento e cultura, cujas páginas irão direcionar práticas docentes por meio dos discursos de poder-saber (Oliveira, 2021). Silva (2012, p. 31) afirma que “[...] um artefato cultural como o livro didático participa da regulação da vida social, por meio das formas pelas quais ele é representado, das identidades com ele associadas ou por ele produzidas e das articulações entre sua produção e seu consumo”.

Definida brevemente a fundamentação teórica do estudo, passamos para a metodologia utilizada, que, como informado anteriormente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo documental. Cardano (2017) caracteriza a pesquisa qualitativa como sendo um estilo que prefere o aprofundamento do detalhe, a reconstrução de estudos intensivos envolvendo um pequeno número de materiais, indivíduos etc. aos extensivos. “Com essa escolha metodológica a pesquisa qualitativa responde de forma específica a uma exigência geral que recobre o inteiro domínio da pesquisa social, aquela de guiar a complexidade dos fenômenos em estudo” (Cardano, 2017, p. 24). Além disso, a pesquisa qualitativa segue um processo de indagação

flexível em uma perspectiva descritiva, sendo assim, o documento aqui mencionado cristaliza uma forma de pensar e de agir de uma época e constitui uma fonte de onde podem ser retiradas informações para o pesquisador.

Com relação à abordagem documental, Godoy (1995, p. 21) explica que se trata do “exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reexaminados, buscando-se novas e/ou interpretações complementares”.

A fonte de dados analisada nesta investigação é a obra didática *Adoletá: volume II: Manual do Professor* (Silva; Carla, 2020), destinada a crianças de 5 anos da Pré-escola I da Educação Infantil. Optamos por analisar o *Manual do Professor*, pois além de reproduzir o *Livro do Estudante* ele contém orientações de como o docente deve conduzir as atividades, além do referencial teórico que serve de suporte para a elaboração das mesmas. Desse manual examinamos a “Introdução”, que traz a base teórica de organização do material, e as reproduções do *Livro do Estudante* que dão evidência ao processo de alfabetização/letramento, deste analisamos a capa, contracapa, as propostas metodológicas abordadas, com destaque para a que trabalha com a letra D, imagens presentes no livro (desenhos ou fotos), tipos de letras utilizadas, estrutura e organização das atividades.

O livro em análise

A obra *Adoletá* é publicada pela Editora do Brasil, sua vigência teve início no PNLD 2022. Trata-se da 1ª edição, sendo que a sua primeira impressão ocorreu no ano de 2020. As autoras são Patrícia Botelho da Silva e Vilza Carla.

Patrícia Botelho da Silva é mestra e doutora em Distúrbios do Desenvolvimento pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, graduada em Psicologia pela mesma universidade, autora do teste de nomeação automática (TENA), destinado à avaliação de crianças de 3 a 9 anos. Professora universitária dos cursos de Neurociência Aplicada à Educação, Psicopedagogia e Neuropsicologia, possui experiência em pesquisas científicas nas áreas de: processos cognitivos do desenvolvimento; avaliação e intervenção da linguagem oral, escrita e das habilidades preditoras para a alfabetização; processos neurofisiológicos da leitura; avaliação e intervenção neuropsicológica; transtornos do neurodesenvolvimento; transtornos de aprendizagem e dislexia do desenvolvimento; desenvolvimento e construção de evidências de validade e fidedignidade para testes cognitivos.

Vilza Carla é especialista em Psicopedagogia pela Faculdade do Vale do Jaguaribe, licenciada em Pedagogia com habilitação em Orientação Educacional pela Faculdade de Educação de Mossoró. É autora de obra didática destinada a crianças da Educação Infantil e coautora de obra didática complementar de caligrafia destinada a crianças da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I. Possui vários anos de experiência no trabalho com crianças em escolas das redes particular e pública da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I.

Essas informações, presentes na folha de rosto do livro, podem ser entendidas como um espaço de legitimação, via formação e atuação profissional na área da Educação, com o intuito de convencer o leitor de que as autoras são profissionais capacitadas para a produção do material que o professor e as crianças irão utilizar. A formação nos diz muito sobre o que as pessoas pensam, como constroem seus conhecimentos e quais os discursos que elas defendem. Levando em consideração o descrito em seus currículos, o viés da neurociência e da ciência cognitiva parece ser o discurso defendido pelas autoras.

A capa da obra didática *Adoletá* foi ilustrada por Graziela Andrade. Nela constam cinco crianças que parecem ter a mesma idade, três meninas e dois meninos, sendo duas negras e três brancas, com características físicas que remetem a várias etnias. Uma das meninas usa óculos, e um menino é cadeirante. Todos estão em círculo de mãos dadas. A imagem remete a uma brincadeira de roda, assim como o título do livro (que é uma brincadeira de roda chamada *Adoletá*), escrito em letras coloridas em maiúscula de imprensa. A expressão no rosto das crianças é de felicidade, em um gramado verde, com o céu azul e cheio de nuvens. A capa é colorida; nela consta o volume, a faixa etária e a etapa da educação básica a que se destina, o nome das autoras e da editora.

Com relação à produção dos elementos que compõem a capa, é possível perceber a tentativa de que uma diversidade cultural e étnica seja representada, bem como a inclusão. Os aspectos não verbais do livro remetem a uma Educação Infantil que tem como base a interação, a brincadeira e o “desemparedamento”, com crianças brincando de roda ao ar livre, em um gramado. Neste contexto, precisamos refletir: o livro didático na Educação Infantil será facilitador do processo de “desemparedamento”?

No *Manual do Professor*, a contracapa vem com uma mensagem direcionada aos educadores, enfatizando que o conteúdo presente no livro passou por uma criteriosa avaliação do MEC. Orienta que o *Manual do Professor* é reutilizável até a conclusão do seu ciclo, que

será no final de 2025. O texto encerra com um telefone e um *e-mail* para o professor entrar em contato caso encontre inconsistência no material.

A “Introdução” do material traz informações sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)³ e a Política Nacional de Alfabetização (PNA)⁴ anunciando que esses documentos legais são a base de organização do livro.

No decorrer das análises, apuramos que a principal estratégia utilizada é o trabalho com o convencimento de que os discursos de alfabetização presentes nestes dois documentos legais são o que de melhor se produziu na atualidade com relação ao trabalho com a alfabetização das crianças pequenas, como podemos verificar neste fragmento:

A BNCC e a PNA compreendem a Educação Infantil como essencial para o desenvolvimento cognitivo das crianças e para a formação da base para a futura alfabetização e aprendizagem matemática. Dessa forma, tem-se que a Educação Infantil, além de ser um período no qual devem ser estimulados o cuidado, as interações e a vivência de brincadeiras, também deve ser um momento de implementação de atividades lúdicas que possibilitem à criança entrar em contato com o universo da literacia e da numeracia. Ademais, ambos os documentos podem ser compreendidos como complementares, uma vez que a PNA sistematiza os conhecimentos científicos e as diretrizes e competências previstas na BNCC (Silva; Carla, 2020, p. 7).

Conforme esse excerto, o discurso que se tenta apregoar é o de que na obra didática *Adoletá* as atividades propostas irão estimular a ludicidade, a vivência e a interação, um desafio quando se trata de um livro didático. Outro ponto divergente é esta sintonia descrita entre a PNA e a BNCC. Analisando ambos os materiais, percebe-se aspectos contraditórios entre os dois documentos, principalmente quando tratamos do processo de alfabetização/letramento. Morais aponta que

Há divergências entre a BNCC e a PNA, no sentido de os proponentes da PNA terem sido ainda mais autoritários, impondo o método fônico, querendo varrer

³ A BNCC foi aprovada e homologada em dezembro de 2017. Trata-se de um documento de caráter normativo que determina as aprendizagens essenciais que os discentes da Educação Básica devem desenvolver no decorrer desta etapa formativa. Neste sentido, serve como referência para que os currículos escolares sejam pensados no território nacional brasileiro (Brasil, 2017). A BNCC, no tocante à Educação Infantil, estabelece a perspectiva de tratar as crianças por campos de experiência, tendo como eixos estruturantes as interações e as brincadeiras. Ela define a alfabetização como um processo que inclui não só dominar o sistema de escrita alfabético, mas também entender a leitura e a escrita em um contexto de práticas sociais.

⁴ A Política Nacional de Alfabetização (PNA) foi instituída pelo Decreto n.º 9.765, de 11 de abril de 2019, e trata-se de um programa promulgado pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Alfabetização (Sealf), estabelecendo diretrizes em relação ao **processo de alfabetização** das crianças. A PNA retoma um paradigma, há muito tempo superado: o da Educação Infantil como etapa preparatória para o Ensino Fundamental e a futura alfabetização. O documento prioriza a instrução fônica e as ciências cognitivas em detrimento a todo o conhecimento já produzido na área.

da história recente da alfabetização brasileira o letramento, o cuidado de alfabetizar ao mesmo tempo em que se ampliam as práticas de leitura e escrita. Os preconceitos descabidos com o construtivismo e com o letramento, ao lado da sectária visão de que só estudos experimentais podem dizer como devemos alfabetizar, são obra dos autores da PNA que, adotavam esse discurso desde 2003 (Morais, 2019, p. 67).

Sendo assim, as ações propostas no livro didático contêm uma intencionalidade muito bem-definida: a questão da alfabetização precoce das crianças da Educação Infantil, produzindo um distanciamento dos princípios estabelecidos nas DCNEI e na BNCC, desconsiderando os direitos já conquistados no campo, além de desqualificar o trabalho docente e as pesquisas produzidas na área.

Silva (2012) explica que o discurso moderno constrói suas verdades tendo por argumento a ciência, fazendo pensar que, se algo é comprovado cientificamente, recebe o assentimento de “o melhor”, o “mais verdadeiro”. A PNA fundamenta seu discurso nesta suposta cientificidade, desconsiderando a transitoriedade destas verdades e dos discursos anteriores, que também eram pautados em evidências científicas. Essa é uma estratégia discursiva que objetiva negar a produção de conhecimentos oriundos de diferentes abordagens, que tanto têm contribuído para entender a escola e os processos de ensino–aprendizagem.

Ainda na “Introdução”, o *Manual do Professor* traz os conteúdos que deverão ser trabalhados no decorrer dos quatro bimestres, unidades, organizados em tabelas. Ao analisar nos deparamos com uma lista de conteúdos divididos por bimestre, fragmentando o conhecimento. Os conteúdos do primeiro bimestre, diferenciam-se por salientar o trabalho com a consciência fonológica. A partir do segundo bimestre a proposta de trabalho segue um padrão, tendo como base a instrução fônica.

É apresentado o alfabeto, cujas letras serão estudadas uma a uma, semanalmente, começando pela letra A. Na oitava semana será apresentada a letra H, e na nona semana é orientado que se faça uma revisão das letras, de A até H. Essa proposta de trabalho, que inicia com as vogais e segue a ordem alfabética, lembra as antigas cartilhas. No final, orienta-se a respeito de uma avaliação formativa. Nesse sentido, questionamos: os documentos norteadores da Educação Infantil, DCNEI e BNCC, trazem em sua proposta essa divisão e fragmentação de conteúdo?

Quando o discurso apresentado tenta convencer que o livro didático está em consonância com os documentos norteadores da Educação Infantil, sistematizando os conhecimentos, concluímos que a afirmativa está equivocada, uma vez que constatamos que o

Manual do Professor impõe um trabalho que tem como base a instrução fônica e a ciência cognitiva com a utilização de métodos e estratégias voltadas para este discurso.

Podemos refletir sobre essa distribuição dos conteúdos no livro didático a partir da BNCC para a Educação Infantil e do que ela propõe como organização curricular. O currículo é pensado por meio da constituição de campos de experiência que fortalecem as relações das crianças com as linguagens, contrapondo-se à organização disciplinar ou às áreas de conhecimento. Na BNCC está posto que as crianças aprendem em suas práticas cotidianas, nas interações e brincadeiras que constroem (Brasil, 2017), e não de forma fragmentada pelo ensino conteudista.

O *Manual do Professor* traz, antes do início de cada unidade, uma introdução, ressaltando o objetivo e as atividades que estão propostas naquele bimestre. A introdução da unidade é organizada em quatro seções, sendo elas: “Introdução da Unidade”, apresenta a unidade, “Conceitos da PNA”, identifica os conceitos dentro da área da alfabetização, “Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento da BNCC”, transcreve as habilidades da BNCC, e “Hora da Ciência”, apresenta informações teórica baseadas na ciência cognitiva e na instrução fônica.

Ao analisarmos os objetivos das unidades, deparamo-nos com uma proposta conteudista, com enfoque na fragmentação do conhecimento, que atende aos currículos destinados ao Ensino Fundamental e visa ao processo de alfabetização. Por trazer um conteúdo a ser seguido do início ao fim do ano letivo, o livro didático limita a ação do professor, contrariando as DCNEI.

Mello (2004, p. 148) explica que “[...] a atividade que faz sentido para a criança é a chave pela qual ela entra em contato com o mundo, aprende a usar a cultura e se apropria das aptidões, capacidades e habilidades humanas”. Nessa direção, é inalcançável considerar atividades impressas em livros e materiais didáticos, que forcem a memorização técnica de letras e números, como favoráveis para a apropriação da linguagem escrita em um período do desenvolvimento no qual temos as interações e a brincadeira como eixos estruturantes.

O *Manual do Professor* reproduz cada atividade que se encontra no livro da criança por meio de miniatura e descreve em detalhes como deverá ser trabalhada cada atividade, direcionando cada etapa. Ele contém ainda o passo a passo de como o professor deve desenvolver seu trabalho, por meio das seguintes seções: “Objetivo”, explica o que a atividade pretende alcançar; “Aquecimento”, sugere como trabalhar a atividade e os materiais que

poderão utilizar para desenvolvê-la; “Atividade do Livro do Estudante”, orienta o professor sobre como proceder de forma detalhada para reforçar o som e o traçado da letra; “Possíveis dificuldades”, prevê as possíveis dificuldades que as crianças possam ter e sugere como saná-las; e “Atividade Complementar”, sugere atividade extra para reforçar o que já foi trabalhado. Observa-se o controle exercido pelo livro no que diz respeito ao trabalho do professor.

Ao determo-nos na proposta didática do livro, com relação ao trabalho com os gêneros textuais nas unidades, notamos atividades soltas, sem sequência, que não fazem referência nem se integram ao que estava sendo estudado anteriormente, pois a cada duas páginas uma nova atividade e um novo gênero textual são sugeridos. Os gêneros propostos acabam por ser tão sintetizados, descontextualizados da realidade da criança e apresentados de forma fragmentada, que perdem o sentido principal.

A Educação Infantil, por ser lugar-espço de desenvolvimento integral das crianças, mediante o compartilhamento dos conhecimentos construídos socialmente e das práticas da cultura, precisa garantir ações pedagógicas intencionais e sistematizadas à diversidade de gêneros textuais que circulam socialmente, a fim de que as crianças possam, pela exploração diária, apropriar-se de seus usos e funções, assim como saber sobre seu suporte, seus objetivos e as várias possibilidades de uso da linguagem, interagindo com esta.

Dando continuidade à análise, ressaltamos o trabalho realizado no decorrer das quatro unidades de literacia com foco no conhecimento alfabético das letras, que são explicitadas seguindo a ordem alfabética. Optamos por apresentar a letra D, enfatizando que as atividades seguem o mesmo padrão no trabalho com as demais letras. Cada letra é trabalhada ao longo de duas páginas.

Na primeira página, ao apresentar a letra para a criança, é solicitado que passe o dedo indicador sobre a mesma e pronuncie o som; em seguida identifique os diferentes tipos de grafia, colorindo de acordo com o solicitado (azul, maiúscula imprensa; vermelho, minúscula imprensa; verde, maiúscula cursiva; alaranjado, minúscula cursiva); depois faça um desenho, cujo nome comece com a letra que está sendo estudada; na sequência, cubra o tracejado com o contorno da letra. Na página seguinte é apresentado um trava-língua que tem a palavra *doce* em destaque, o qual os estudantes devem repetir; a atividade seguinte é de escrever a letra D a partir de um modelo; e, para encerrar a unidade, propõem-se a formação da família silábica.

Como é possível observar, a partir da descrição feita, o trabalho com as letras tem por base atividades orais para identificação de fonemas correspondentes aos grafemas (letras)

apresentados. O trabalho com famílias silábicas, os fonemas iniciais relacionados aos desenhos, a segmentação fonêmica, a síntese fonêmica, as frases e a motricidade fina por intermédio de pinturas e escrita de letra e sílabas, são outras atividades apresentadas. As autoras do livro fundamentam sua organização e proposta de atividades que apresenta a linguagem escrita como um ato mecânico, que tem por base, em um primeiro momento, a codificação, a decodificação e a memorização. Nesse contexto, Abe (2021, p. 18) enfatiza:

Na Política Nacional de Alfabetização (PNA), a linguagem é entendida como um código e não como uma representação da fala. A partir dessa concepção, ela retrocede ao menos 30 anos em relação aos estudos empreendidos no campo da alfabetização. Induz a uma prática de treinamento de fonemas isolados, de fragmentação de frases em palavras e de palavras em sílabas, bem como ao treino motor da escrita de letras sobre um pontilhado, por exemplo. 18).

Segundo Anflor e Pohren (2022), o discurso da PNA acarreta mudanças nos livros do PNLD, modificando a produção do livro didático com foco no processo de decodificação da língua, o qual exclui as práticas sociais de leitura e escrita na Educação Infantil, afeta o processo de aprendizagem e traz um retrocesso e um empobrecimento do projeto educacional no País.

A criança da Educação Infantil deve ser pensada de forma integral, enfatizando suas especificidades, cujas experiências devem ser o centro do processo de ensino-aprendizagem. Elas devem ser vistas como produtoras de cultura, seres protagonistas, e não como reprodutoras, como podemos observar na proposta da obra didática *Adoletá*, que pontua orientações didáticas específicas de como fazer as atividades, tornando a criança (e o professor) um mero executor de instruções prescritas, e não um ser reflexivo e atento ao mundo à sua volta.

Uma questão que não poderíamos deixar de dar destaque, e que se discute muito quando o assunto é a alfabetização das crianças, é o tipo de letra utilizada. Na obra didática *Adoletá*, a letra adotada em toda a obra é a caixa alta (letra de imprensa maiúscula), mas em cada nova letra apresentada no decorrer das unidades a criança visualiza as quatro formas (letra de imprensa e cursiva, maiúscula e minúscula),

Os livros didáticos são a materialização dos critérios estabelecidos no Edital n.º 2/2020 – CGPLI, que são contraditórios, limitados, enviesados e de baixa qualidade. A tríade conteúdo–forma–destinatário não corresponde às crianças de 4 e 5 anos de idade; em outras palavras, as especificidades da infância e de seu período do desenvolvimento não são respeitadas (Carbonieri; Magalhães, 2022).

A maioria das atividades do *Adoletá* é desprovida de significado e contextualização, não leva a criança à reflexão, restringe-se a atividades soltas e repetitivas, totalmente sem sentido para a criança.

Para que seja possível ter maior clareza do teor das atividades propostas, realizamos um levantamento com o quantitativo de atividades solicitadas às crianças, bem como o número de vezes em que elas se repetem ao longo das unidades. Nele, identificamos 49 atividades, cujo objetivo era cobrir o tracejado/copiar a letra com base na cópia de um modelo, 26 de passar o dedo indicador sobre a letra e fazer o som, 22 de pintar ou marcar as letras com as cores indicadas, 22 de junção do som da consoante com o som da vogal formando as famílias sílabas, 14 de desenhar figuras, cujos nomes comecem com o som da letra trabalhada, 9 de colorir a figura, cujo nome inicie com o som da letra trabalhada e 4 de escrita espontânea.

A quantificação das atividades demonstra o quanto o ensino está sendo desenvolvido de forma mecanicista, com pouca reflexão sobre a língua e seus usos. Quando nos referimos à cópia, é importante reforçar que são realizadas cópias principalmente de elementos menos significativos da língua, como letras, sílabas e algumas palavras. A esse respeito, Ferreiro (1993, p. 19) complementa:

A ênfase exclusiva na cópia, durante as etapas iniciais da aprendizagem, excluindo tentativas de criar representações para séries de unidades linguísticas similares (listas) ou para mensagens sintaticamente elaboradas (textos), faz com que a escrita se apresente como um objeto alheio à própria capacidade de compreensão. Está ali para ser copiado, reproduzido, porém não compreendido nem recriado.

A supervalorização da cópia em detrimento de atividades de produção é também fator de análise de Ferreiro (2001). A autora, ao citar as práticas comuns de alfabetização, destaca a importância de compreender que copiar não é sinônimo de escrever, e que para que a criança faça uso social da leitura e da escrita é preciso participar de práticas reais que envolvam esses dois conhecimentos.

A proposta da Educação Infantil é oferecer às crianças oportunidades de ter experiências que envolvam o universo da escrita e da leitura, imergindo-as na cultura escrita; deixar brotar sua curiosidade e proporcionar experiências com a literatura infantil. Porém não conseguimos visualizar isso nas atividades do livro didático *Adoletá* que apresenta práticas que farão com que a criança se torne um ouvinte passivo. Sendo assim, se a escrita é concebida como um código de transcrição, sua aprendizagem é entendida como a aquisição de uma técnica; se a

escrita é considerada um sistema de representação, sua aprendizagem se converte na apropriação de um novo objeto de conhecimento, ou seja, em uma aprendizagem conceitual (Ferreiro; Teberosky, 1985).

Podemos dizer que o processo de alfabetização se inicia na Educação Infantil na medida em que propiciamos às crianças experiências que englobem o universo da escrita e da leitura. Nessa etapa, a alfabetização e o letramento caminham juntos, dando ênfase a este último. Segundo Bunzen Júnior (2019), ao definir alfabetização apenas com base na ciência cognitiva de leitura e nos estudos da psicologia, não há espaço para as práticas de letramento. Reduzir o conceito de alfabetização ao ensino das habilidades de leitura e de escrita em um sistema alfabético implica assumir um conceito reduzido frente toda a complexidade de relações que envolvem a cultura escrita.

Nesse novo contexto, em que o artefato cultural “livro didático” já é uma realidade nas turmas de pré-escola, frisamos a importância do professor da Educação Infantil possuir uma formação teórica e prática de qualidade, para que possa desenvolver sua prática pedagógica com qualidade, segurança e autonomia, compreendendo a intencionalidade de suas ações, bem como o seu papel como mediador de aprendizagens. Dessa forma, pode-se garantir às crianças o conhecimento da diversidade e as possibilidades múltiplas de experienciarem a linguagem escrita viva não apenas na escola, mas em suas vidas; ter autonomia para questionar o que é oferecido e que não se adéqua aos objetivos da sua turma; dizer não, quando necessário, a propostas que vão de encontro ao seu trabalho e às suas concepções de ensino.

Ao finalizar a análise do livro *Adoletá*, podemos inferir que a forma como ele é pensado, priorizando atividades de decodificação e cópia, visa alterar o modo como os docentes vinham pensando o trabalho com a linguagem e a apropriação do sistema de escrita alfabético na Educação Infantil. Mais do que isso, o livro serve para disseminar entre os professores o discurso da instrução fônica e da ciência cognitiva, e por meio de suas atividades, direcionadas e mecanicistas, induz os educadores a alterarem a maneira como vinham pensando seu planejamento e suas atividades, subjetivando-os e constituindo uma nova identidade de professor e de criança.

Considerações finais

A partir dos estudos realizados, constatamos que não há como abordar o tema do livro didático sem contextualizar sua dimensão política, considerando seus elementos discursivos, históricos e culturais. A obra analisada se constituiu a partir de discursos que ganham força na atual conjuntura educacional e teve como base de sua elaboração o Edital de Convocação n.º 2/2020 – CGPLI, onde os discursos foram fixados; o *Guia Digital*, onde foram propagados; e as obras didáticas, que eles foram consolidados.

Analisando o material, percebemos que com relação a centralidade da criança e o respeito as especificidades da Educação Infantil, os resultados demonstram que, ao se afastar dos princípios éticos, políticos e estéticos estabelecidos nas DCNEI e do eixo interações e brincadeira, igualmente autenticado e respaldado na BNCC, a obra *Adoletá* não leva em conta os direitos conquistados no âmbito da Educação Infantil, além de desqualificar o trabalho docente e as pesquisas produzidas na área nas últimas décadas. O manual, e conseqüentemente o *Livro do Estudante*, são contraditórios e limitados, não oferecem à criança atividades exploratórias para desenvolver as suas potencialidades, proporcionando um aprendizado mais prazeroso, lúdico e satisfatório; dessa forma, as especificidades da infância e seu período de desenvolvimento não são respeitadas.

Quanto às concepções de desenvolvimento da linguagem propostas no material foi possível perceber que o trabalho com a linguagem, embora citado na “Introdução” do *Manual*, não é considerado no decorrer das atividades propostas. Parece existir um silenciamento quando: a criança não é levada a produzir cultura e expandir seu conhecimento sobre o mundo, realizando atividades significativas no interior da cultura letrada; as atividades pouco levam a criança a refletir, elaborar hipóteses e construir seu conhecimento, comunicar-se, expressar-se e socializar-se. A proposta da Educação Infantil é oferecer às crianças oportunidades de ter experiências que envolvam o universo da escrita e da leitura, imergir a criança na cultura escrita, deixar brotar sua curiosidade e proporcionar experiências com a literatura infantil, o que não conseguimos visualizar nas atividades do livro *Adoletá*. As atividades utilizadas são baseadas em repetição, formação de sílabas, memorização de sons, decifração e cópia, pintura de desenhos prontos, passar por cima da letra, fazer desenhos que iniciem com a letra trabalhada.

O trabalho com gêneros textuais é abordado de forma descontextualizada e fragmentada, e a escrita espontânea aparece poucas vezes ao longo das quatro unidades. Tais práticas presentes no livro didático tomam a criança como um agente passivo, porém concebermos a

aprendizagem da linguagem oral e escrita como um elemento importante para ampliar as possibilidades de inserção e de participação nas diversas práticas sociais, possibilita que as crianças possam ser protagonistas do processo.

As ações propostas no livro didático *Adoletá: volume II: Manual do Professor* possuem uma intencionalidade muito bem definida: a demanda pela alfabetização precoce das crianças da Educação Infantil, criando um distanciamento do que é legitimado pelas DCNEI e pela BNCC. O livro didático não oferece suporte para atingir o objetivo maior desse nível de ensino na esfera do desenvolvimento da linguagem escrita e nem das múltiplas linguagens. As práticas propostas no livro visam à alfabetização das crianças, deixando de lado o letramento, cujo termo foi substituído por “literacia”.

Nesse contexto, verificamos que existe uma descontinuidade no trabalho desenvolvido no âmbito da educação brasileira. Por isso, precisamos de políticas públicas consistentes, que se tornem políticas de Estado, e não de governo, pois a cada troca de governo desconsidera-se todo um legado de estudos e pesquisas realizados. Apresenta-se o “velho”, no caso o método fônico, como sendo algo novo e científico, agora denominado de instrução fônica, travestido com uma nova roupagem, mais atualizada.

Mesmo os discursos das DCNEI sendo silenciados, eles continuam resistindo e contrapondo-se ao da PNA. Como revelam os Estudos Culturais, lutas pelo poder-saber são constantes. O cenário político educacional que preponderou no PNLD 2022 para a Educação Infantil, foi o da educação através do livro didático, da instrução fônica, porém um novo momento histórico se inicia, propiciando que novos discursos surjam, ou que outros sejam retomados; reiniciam as lutas discursivas de efetivação de novos discursos, subjetividades e identidades, enfim, novas formas de saber-poder.

REFERÊNCIAS

ABE, S. K. Entendendo as divergências entre a Política Nacional de Alfabetização e a BNCC. **Saberes e Práticas CENPEC**, São Paulo, 28 jul. 2021. Disponível em: <https://saberesepaticas.cenpec.org.br/tematicas/parecer-politica-nacional-de-alfabetizacao-e-a-bncc>. Acesso em: 24 out. 2022.

ALMEIDA, V. S. Base Nacional Comum Curricular: representações da infância protagonista. *In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ESTUDOS CULTURAIS E EDUCAÇÃO, 8.; SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS CULTURAIS E EDUCAÇÃO, 5.*, 2019, Canoas. **Anais [...]**. Canoas: ULBRA, 2019.

ANFLOR, P. S.; POHREN, D. Problematizações acerca do PNLD para a etapa da Educação Infantil. In: **SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ESTUDOS CULTURAIS E EDUCAÇÃO, 9.; SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS CULTURAIS E EDUCAÇÃO, 6.** 2022, Canoas. **Anais [...]**. Canoas: ULBRA, 2022.

BAPTISTA, M. C. A linguagem escrita e o direito a educação na primeira infância. In: **SEMINÁRIO NACIONAL CURRÍCULO EM MOVIMENTO PERSPECTIVAS ATUAIS, 1.**, 2010, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 1 fev. 2022.

BRASIL. **Lei n.º 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 1 fev. 2022.

BRASIL. **PNA: Política Nacional de Alfabetização**. Brasília: MEC; Sealf, 2019. Disponível em: <https://alfabetizacao.mec.gov.br/%2016-politica-nacional-de-alfabetizacao>. Acesso em: 1 fev. 2022.

BUNZEN JÚNIOR, C. Um breve decálogo sobre o conceito de “literacia” na Política Nacional de Alfabetização (PNA, 2019). **Revista Brasileira de Alfabetização**, Belo Horizonte, v. 1, n. 10, p. 44-51, 2019. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/352>. Acesso em: 15 abr. 2022.

CARBONIERI, J.; MAGALHÃES, C. Livro didático: contradições para o desenvolvimento da imaginação na idade pré-escolar. **SciELO Preprints**, São Paulo, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.3957>. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/3957>. Acesso em: 1 set. 2022.

CARDANO, M. **Manual de pesquisa qualitativa: a contribuição da teoria da argumentação**. Petrópolis: Vozes, 2017. p. 23-46.

FERREIRA, M. O. V. Docentes, representações sobre relações de gênero e consequências sobre o cotidiano escolar. In: SOARES, G. F.; SILVA, M. R. S.; RIBEIRO, P. R. C. (org.). **Corpo, gênero e sexualidade: problematizando práticas educativas e culturais**. Rio Grande: Editora da FURG, 2006. p. 62-74.

FERREIRO, E. **Com todas as letras**. São Paulo: Cortez, 1993.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **A psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: tipos Fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995. DOI: 10.1590/S0034-75901995000300004.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/>. Acesso em: 1 fev. 2024.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, v. 22, n. 2, p. 17-46, 1997. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71361>. Acesso em: 6 fev. 2024.

HALL, S. Estudos Culturais: dois paradigmas. In: HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p. 131-159.

MELLO, S. A. A escola de Vygotsky. In: CARRARA, K. (org.). **Introdução à psicologia da educação**. São Paulo: Avercamp, 2004.

MORAIS, A. G. Análise crítica da PNA (Política Nacional de Alfabetização) imposta pelo MEC através de decreto em 2019. **Revista Brasileira de Alfabetização**, Florianópolis, v. 1, n. 10, p. 66-75, 2019.

OLIVEIRA, Janaina Bulcão de. **O Programa Nacional do Livro do professor da Educação Infantil: oralidade, leitura e escrita em destaque**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2021. DOI: 10.47249/rba.2019.v1.357. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/357>. Acesso em: 6 fev. 2024.

SILVA, T. **Os “novos” discursos sobre alfabetização em análise: os livros de 1º ano do ensino fundamental de nove anos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD 2010)**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/2425/1/UEMS%20-%20ThaisedaSilva.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2024.

VEIGA-NETO, A. Cultura e currículo: um passo adiante. In: MOREIRA, A. F. B.; PACHECO, J. A.; GARCIA, R. L. (org.). **Currículo: pensar, sentir e diferir**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

Obra analisada:

SILVA, P. B.; CARLA, V. **Adoletá: volume II: Manual do Professor**. São Paulo: Editora do Brasil, 2020.

CRediT Author Statement

- Reconhecimentos:** Não aplicável.
 - Financiamento:** Não aplicável.
 - Conflitos de interesse:** Não aplicável.
 - Aprovação ética:** Não aplicável.
 - Disponibilidade de dados e material:** O material pode ser encontrado no site do PNLD e nos livros disponibilizados pelo programa.
 - Contribuições das autoras:** todas as autoras realizaram contribuições de forma igualitária.
-

Processamento e edição: Editora Ibero-Americana de Educação.
Correção, formatação e normalização.

